



*Estado do Amazonas*  
*Procuradoria-Geral do Estado*

## XXXIV Seleção de Estagiários para a área de Direito da Procuradoria Geral do Estado do Amazonas - AGOSTO/2019

### ATENÇÃO:

- Não será permitida qualquer forma de identificação do candidato na folha de resposta;
- Não é permitida a consulta a qualquer legislação (nem mesmo à Constituição Federal), doutrina, impressos ou anotações;
- Não é permitida a retirada de nenhuma das folhas integrantes desse caderno de prova;
- A prova tem duração de 04 horas.
- A divulgação do gabarito e do resultado será por meio do site [www.pge.am.gov.br](http://www.pge.am.gov.br)

-----

Nome completo:

\_\_\_\_\_

Identidade:

\_\_\_\_\_



## **PROVA OBJETIVA**

### **DIREITO CONSTITUCIONAL**

1. A medida cautelar concedida pelo Supremo Tribunal Federal em ação direta de inconstitucionalidade tem efeito:

- a) *ex tunc*, salvo se o Tribunal entender que deva conceder-lhe efeito *ex nunc*.
- b) *ex nunc*, salvo se o Tribunal entender que deva conceder-lhe efeito *ex tunc*.
- c) *ex tunc*, não podendo o Tribunal conceder-lhe efeito *ex nunc*.
- d) *ex nunc*, não podendo o Tribunal conceder-lhe efeito *ex tunc*.
- e) *ex tunc*, podendo o Tribunal, em razões de segurança jurídica ou de excepcional interesse social, restringir os efeitos daquela medida ou decidir que ela só tenha eficácia a partir de momento que venha a ser fixado.

2. Sobre a arguição de descumprimento de preceito fundamental é correto afirmar que:

- a) tem por objeto evitar ou reparar lesão a preceito fundamental, resultante de ato do Poder Público ou de particular.
- b) não é cabível quando, apesar de relevante o fundamento da controvérsia constitucional, a lei ou ato normativo for municipal.
- c) não é cabível quando, apesar de relevante o fundamento da controvérsia constitucional, a lei ou ato normativo for anterior à Constituição.
- d) será admitida, ainda que haja outro meio eficaz de sanar a lesividade.
- e) pode ser proposta por qualquer dos legitimados para a ação direta de inconstitucionalidade e para a ação declaratória de constitucionalidade.

3. Com base na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que a cláusula de reserva de plenário é aplicável:

- a) nos casos em que o Tribunal reconhece a não recepção, pela Constituição, das normas infraconstitucionais anteriores que sejam com ela incompatíveis.

b) quando o Tribunal, embora não declare expressamente a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do Poder Público, afasta sua incidência, no todo ou em parte.

c) quando o Tribunal analisa normas legais sem julgar inconstitucional lei ou ato normativo federal ou afastar a sua incidência, restringindo-se a considerar inaplicável ao caso determinado dispositivo legal.

d) quando as Turmas Recursais dos juizados especiais decidem sobre a inconstitucionalidade de preceitos normativos.

e) quando o Tribunal rejeite a arguição de inconstitucionalidade de atos normativos.

4. Sobre a lei orçamentária anual, tal como disciplinada na Constituição Federal, é correto afirmar que:

a) estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes.

b) compreenderá as metas e prioridades da administração pública, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente.

c) disporá sobre as alterações na legislação tributária.

d) poderá conter autorização para abertura de créditos suplementares e para contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita, nos termos da lei.

e) estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.

5. Relativamente às finanças públicas, não é matéria constitucionalmente reservada à lei complementar:

a) dívida pública externa e interna, incluída a das autarquias, fundações e demais entidades controladas pelo Poder Público.

b) abertura de crédito suplementar ou especial.



*Estado do Amazonas*  
*Procuradoria-Geral do Estado*

- c) concessão de garantias pelas entidades públicas.
- d) emissão e resgate de títulos da dívida pública.
- e) gestão financeira e patrimonial da administração direta e indireta.

**6.** Sobre a ordem econômica brasileira, tal como disciplinada na Constituição Federal, é incorreto afirmar que:

- a) é fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, que também são fundamentos constitucionais da República Federativa do Brasil.
- b) tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social.
- c) é assegurado a todos o livre exercício de qualquer atividade econômica, desde que previamente autorizado pelos órgãos públicos, salvo nos casos previstos em lei.
- d) um dos princípios da ordem econômica é o da defesa do meio ambiente, inclusive mediante tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental dos produtos e serviços e de seus processos de elaboração e prestação.
- e) ressalvados os casos previstos na Constituição, a exploração direta de atividade econômica pelo Estado só será permitida quando necessária aos imperativos da segurança nacional ou a relevante interesse coletivo, conforme definidos em lei.

**7.** Com fundamento nas bases constitucionais do direito urbanístico, é incorreto afirmar que:

- a) no âmbito da legislação sobre direito urbanístico, a competência da União para legislar sobre normas gerais não exclui a competência suplementar dos Estados e do Distrito Federal.
- b) a política de desenvolvimento urbano é executada pelo Poder Público municipal.
- c) a propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor.
- d) o plano diretor, aprovado pela Câmara Municipal, obrigatório para cidades com

mais de dez mil habitantes, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana.

- e) as desapropriações de imóveis urbanos devem ser feitas com prévia e justa indenização em dinheiro, salvo se tratar de solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado, caso em que a indenização será paga mediante títulos da dívida pública de emissão previamente aprovada pelo Senado Federal, com prazo de resgate de até dez anos, em parcelas anuais, iguais e sucessivas, assegurados o valor real da indenização e os juros legais.

**8.** Sobre a repartição constitucional de competências entre os entes da Federação, é incorreto afirmar que:

- a) no âmbito da competência legislativa concorrente, leis complementares fixarão normas para a cooperação entre a União e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, tendo em vista o equilíbrio do desenvolvimento e do bem-estar em âmbito nacional.
- b) lei complementar da União poderá autorizar os Estados e o Distrito Federal a legislar sobre questões específicas acerca de registros públicos.
- c) cabe aos Estados explorar diretamente, ou mediante concessão, os serviços locais de gás canalizado, na forma da lei, vedada a edição de medida provisória para a sua regulamentação.
- d) é competente o Município para fixar o horário de funcionamento de estabelecimento comercial.
- e) ao Distrito Federal são atribuídas as competências legislativas reservadas aos Estados e Municípios.

**9.** Sobre o Congresso Nacional e seus membros, é correto afirmar que:

- a) o número total de Deputados Federais, bem como a representação por Estado, pelo Distrito Federal e por Território, será estabelecido por lei complementar, proporcionalmente à população, procedendo-se aos ajustes necessários, no ano anterior às eleições, para que



*Estado do Amazonas*  
*Procuradoria-Geral do Estado*

nenhuma daquelas unidades da Federação tenha menos de oito ou mais de setenta Deputados.

b) o Senado Federal compõe-se de representantes dos Estados e do Distrito Federal, eleitos segundo o sistema proporcional.

c) cada Estado e o Distrito Federal elegerão três Senadores, com mandato de uma legislatura.

d) a Mesa do Congresso Nacional será presidida pelo Presidente da Câmara dos Deputados, e os demais cargos serão exercidos, alternadamente, pelos ocupantes de cargos equivalentes no Senado Federal e na Câmara dos Deputados.

e) na sessão legislativa extraordinária, o Congresso Nacional somente deliberará sobre a matéria para a qual foi convocado, salvo se houver medidas provisórias em vigor na data de convocação extraordinária, caso em que serão elas automaticamente incluídas na pauta da convocação.

**10.** Sobre o processo legislativo, tal como disciplinado na Constituição Federal, é correto afirmar que:

a) compreende apenas a elaboração de normas infraconstitucionais.

b) lei delegada poderá dispor sobre a elaboração, redação, alteração e consolidação das leis.

c) a matéria constante de proposta de emenda constitucional rejeitada ou havida por prejudicada somente poderá ser reapresentada, na mesma sessão legislativa, mediante proposta da maioria absoluta dos membros de qualquer das Casas do Congresso Nacional.

d) caberá a uma comissão mista de Deputados e Senadores examinar as medidas provisórias e sobre elas emitir parecer, antes de serem apreciadas, em sessão separada, pelo plenário de cada uma das Casas do Congresso Nacional.

e) a Casa na qual tenha sido concluída a votação enviará o projeto de lei ao Presidente da República, que, se considerar o projeto, no todo ou em parte,

inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, no prazo de quinze dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará, dentro de quarenta e oito horas, ao Presidente da Câmara dos Deputados os motivos do veto.

**11.** Considerando o problema da eficácia das normas constitucionais, de acordo com a terminologia usada pela doutrina, pode-se afirmar que:

a) as normas constitucionais não autoaplicáveis, por dependerem de normas ordinárias que lhes completem a eficácia, não são imperativas ou obrigatórias;

b) todas as normas constitucionais são imperativas, de cumprimento obrigatório e vinculam o legislador ordinário;

c) apenas as normas constitucionais de eficácia plena e de eficácia contida vinculam o legislador e têm caráter imperativo e obrigatório;

d) as normas de eficácia limitada, declaratórias de princípios programáticos e institutivos ou organizativos, não são imperativas ou obrigatórias.

**12.** De acordo com o denominado fenômeno da “recepção”, normas infraconstitucionais produzidas sob a égide da Constituição anterior, que forem compatíveis com a nova Constituição, serão por esta recepcionadas, não podendo, todavia, a nova Constituição alterar-lhes a natureza ou o status.

b) leis revogadas sob a égide da Constituição anterior, compatíveis com a nova Constituição poderão por esta ser adotadas, desde que haja previsão expressa nesse sentido.

c) a ordem constitucional brasileira admite o fenômeno da “desconstitucionalização”, entendido como a possibilidade de recepção pela nova ordem constitucional de dispositivos da Constituição anterior, como legislação infraconstitucional.

d) diferentemente da *vacatio legis*, relativamente às leis infraconstitucionais, é inadmissível o fenômeno da *vacatio*



*Estado do Amazonas*  
*Procuradoria-Geral do Estado*

*constitucionis*, dada a impossibilidade de, após a publicação da nova Constituição, continuar tendo validade a Constituição anterior.

**13.** No âmbito da hermenêutica constitucional e dos sistemas de defesa da constituição, podemos afirmar, relativamente à chamada interpretação conforme à Constituição, que:

- a) não é mais do que simples regra de interpretação ao controle de constitucionalidade;
- b) em face da supremacia da Constituição, deve ser adotada mesmo quando de sua aplicação resultar sentido normativo contrário ao pretendido pelo legislador;
- c) tanto é regra de interpretação, quanto princípio adotado no âmbito do controle de constitucionalidade;
- d) permite-se ao intérprete – aplicador funcionar, também, como legislador positivo, integrando-se no processo legislativo.

**14.** Assinale a opção correta:

- a) as normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais terão aplicação quando da regulamentação legal.
- b) a falta de norma regulamentadora que torne inviável o exercício de direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania será suprida por ação popular.
- c) são admissíveis, no processo, as provas obtidas por meios ilícitos, quando por outro meio não for possível obtê-las.
- d) os direitos e garantias expressos na Constituição não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que o Brasil seja parte.

**15.** Com relação ao objeto, aos elementos e aos tipos de constituição, assinale a alternativa correta:

- a) quanto ao modo de elaboração, a vigente CF pode ser classificada como

uma constituição histórica, em oposição à dita dogmática.

b) o objeto da CF é a estrutura fundamental do Estado e da sociedade, razão por que somente as normas relativas aos limites e às atribuições dos poderes estatais, aos direitos políticos e individuais dos cidadãos compõem a Constituição em sentido formal.

c) por limitarem a atuação dos poderes estatais, as normas que regulam a ação direta de inconstitucionalidade e o processo de intervenção nos estados e municípios integram os elementos ditos limitativos.

d) os elementos formais de aplicabilidade são exteriorizados nas normas constitucionais que prescrevem as técnicas de aplicação delas próprias, como, por exemplo, as normas inseridas no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

e) distintamente da Constituição analítica, a constituição dirigente tem caráter sintético e negativo, pois impõe a omissão ou negativa de ação ao Estado e preserva, assim, as liberdades públicas.

**16.** Assinale a afirmativa correta:

a) as normas constitucionais definidoras dos direitos e garantias fundamentais têm aplicação imediata.

b) as normas constitucionais podem ter eficácia plena, contida e limitada.

c) as normas constitucionais de eficácia plena são aquelas que, desde a entrada em vigor da Constituição produzem, ou podem produzir todos os efeitos essenciais, relativos aos interesses, comportamentos e situações, que o legislador constitucional, direta e normativamente, quis regular.

d) as normas constitucionais de eficácia contida são aquelas que apresentam aplicação indireta, mediata e reduzida, porque somente incidem totalmente sobre interesses, após uma normatividade ulterior que lhes desenvolva aplicabilidade.



*Estado do Amazonas*  
*Procuradoria-Geral do Estado*

e) as normas constitucionais programáticas são de aplicação diferida e não de aplicação ou execução imediata.

### **DIREITO ADMINISTRATIVO**

**17.** Sobre licitações é **CORRETO** afirmar:

- a) a concorrência é modalidade de licitação universal, podendo ser usada para objetos com ou sem complexidade;
- b) a tomada de preços não exige prévio cadastramento;
- c) o convite tem prazo de 15 dias úteis;
- d) o pregão não admite recurso da fase de habilitação.

**18.** Considere a seguinte situação: Sandra, cidadã brasileira, que se identificou como tal, compareceu à Comissão de Licitação do Município de Manaus e solicitou informação sobre o cronograma das licitações em andamento porque pretende acompanhar os atos não sigilosos da comissão, a partir daquela data. Responda qual princípio respalda o pedido de Sandra:

- a) princípio da legalidade;
- b) princípio da razoabilidade;
- c) princípio da publicidade;
- d) princípio da impessoalidade.

**19.** Sobre a licitação na modalidade de pregão é **CORRETO** afirmar:

- a) o pregoeiro não pode ser servidor público efetivo;
- b) a fase de habilitação é realizada junto com a fase da proposta
- c) na fase de proposta não é permitido oferecer vantagem além do preço
- d) os lances são obrigatórios e podem desclassificar a empresa se não forem oferecidos na fase correta.

**20.** Acerca das Parcerias Público-Privadas, é **CORRETO** afirmar:

- a) concessão patrocinada envolve, adicionalmente à tarifa cobrada dos usuários, contraprestação pecuniária do parceiro público ao parceiro privado;

b) concessão administrativa é admitida somente para obras públicas;

c) a concessão comum é uma espécie de PPP;

d) o período de prestação do serviço para as PPP é de, no mínimo, 10 anos.

**21.** Antônio celebrou contrato com o Município de Barra Mansa. Depois de seis meses da assinatura do contrato a Administração ainda não liberou a licença ambiental para a empresa iniciar a obra, o que prejudicou o início da execução do contrato. Responda como pode ser classificada tal ocorrência:

- a) caso fortuito;
- b) fato do príncipe;
- c) fato da administração;
- d) força maior.

**22.** Sobre as sanções administrativas, é **CERTO** afirmar:

- a) devem seguir o princípio da eficiência;
- b) estão especificadas de acordo com as condutas ilícitas praticadas, conforme a lei;
- c) a aplicação do tipo de sanção depende da vontade pura e simples do gestor público;
- d) os efeitos da suspensão temporária para licitar se estendem somente ao órgão que aplicou a sanção.

**23.** Sobre os contratos administrativos é **INCORRETO** afirmar:

- a) os contratos administrativos permitem alteração unilateral;
- b) a rescisão unilateral é cláusula exorbitante;
- c) o reajuste de preços tem por objetivo manter o equilíbrio econômico-financeiro do contrato;
- d) a revisão contratual somente pode ser concedida depois de doze meses a contar da data da proposta.

**24.** Quanto à natureza jurídica da concessão de serviços públicos, **pode-se afirmar**:

- a) é contrato bilateral de direito privado;



Estado do Amazonas  
Procuradoria-Geral do Estado

- b) é contrato de direito público com nuances de direito privado;
- c) é contrato de direito privado com influxos das normas de direito público;
- d) é contrato administrativo bilateral;
- e) é contrato de direito público e privado.

25. O princípio que autoriza a Administração a rever seus próprios atos, anulando-os ou revogando-os, sem autorização do Poder Judiciário é denominado:

- a) princípio da proporcionalidade;
- b) princípio da economicidade;
- c) princípio da celeridade;
- d) princípio da autotutela.

26. Acerca das fundações públicas, é **CORRETO** afirmar:

- a) a criação é por lei;
- b) a lei apenas autoriza a criação;
- c) podem ser criadas por decreto do Chefe do Executivo;
- d) são criadas por lei e regulamentadas por decreto do Chefe do Executivo.

27. Entre os instrumentos de intervenção do Estado na propriedade privada, o que retira em definitivo a propriedade do particular é:

- a) requisição administrativa;
- b) ocupação temporária;
- c) desapropriação;
- d) tombamento;

28. O regime jurídico da contratação temporária de pessoal pela Administração Pública é:

- a) estatutário;
- b) contratual regido pela CLT;
- c) administrativo;
- d) temporário.

#### DIREITO PROCESSUAL CIVIL

29. Sobre as normas fundamentais do Novo CPC, assinale a alternativa correta:

- a) o CPC dispõe que o juiz não pode decidir, em grau algum de jurisdição, com base em fundamento a respeito do qual

não se tenha dado às partes oportunidade de se manifestar, salvo se tratar de matéria sobre a qual deva decidir de ofício, hipótese em que é prescindível prévia intimação das partes.

b) como regra, todos os julgamentos dos órgãos do Poder Judiciário serão públicos, e fundamentadas todas as decisões, sob pena de nulidade.

c) o processo judicial é composto por partes adversárias, razão pela qual não precisam os sujeitos do processo devem cooperar entre si para que se obtenha, em tempo razoável, decisão de mérito justa e efetiva.

d) a isonomia, em seu aspecto material, consiste em dispensar tratamento igual a todas as partes do processo, independentemente de eventuais desigualdades existentes entre os sujeitos.

e) o princípio da persuasão racional (*livre convencimento*) diz respeito à necessidade de que o juiz decida o mérito nos limites propostos pelas partes, sendo-lhe vedado conhecer de questões não suscitadas a cujo respeito a lei exija a iniciativa da parte.

30. De acordo com o CPC, os juízes e tribunais atenderão, preferencialmente, à ordem cronológica de conclusão para proferir sentença ou acórdão. Tal regra preferencial, no entanto, comporta exceções.

Marque a alternativa abaixo que **não** representa exceção à regra de julgamento preferencial pela ordem cronológica:

- a) as sentenças proferidas em audiência, homologatórias de acordo ou de improcedência liminar do pedido;
- b) o julgamento de recursos repetitivos ou de incidente de resolução de demandas repetitivas;
- c) o julgamento de embargos de declaração;
- d) os processos envolvendo beneficiário da justiça gratuita;



Estado do Amazonas  
Procuradoria-Geral do Estado

e) a causa que exija urgência no julgamento, assim reconhecida por decisão fundamentada.

**31.** De acordo com o Novo CPC, são condições da ação:

- a) partes, pedido e causa de pedir;
- b) legitimidade, causa de pedir e pedido;
- c) impossibilidade jurídica do pedido e causa de pedir;
- d) interesse processual e legitimidade;
- e) legitimidade das partes, interesse processual e pedido.

**32.** Sobre as teorias da ação, assinale a alternativa correta:

- a) de acordo com a teoria da asserção, a avaliação das condições da ação é constatada à vista das afirmações do demandante em cognição sumária, que pode levar à carência da ação (avaliação das condições da ação *in status assertionis*).
- b) de acordo com a teoria eclética da ação, o julgamento do mérito da demanda independe do preenchimento das condições da ação.
- c) a teoria imanentista do direito da ação apregoa a existência autônoma entre direito material e direito processual.
- d) a teoria abstrata do direito de ação afirma que não existe um direito autônomo de ação, vez que se confunde com o próprio direito material discutido na lide.
- e) o novo CPC adota a teoria concreta da ação.

**33.** João possui domicílio na Comarca de Itacoatiara, cidade amazonense distante 269 km da capital Manaus. Após se envolver em um acidente automobilístico envolvendo um carro oficial do Estado do Amazonas ocorrido em Itacoatiara, pretende ajuizar uma ação para obter a devida reparação contra o Ente Público estadual. De acordo com as regras de fixação da competência previstas no CPC, assinale a alternativa correta:

- a) será competente exclusivamente o foro da capital do Estado, qual seja, Manaus;

b) será competente o foro da Comarca de Itacoatiara, não podendo o autor escolher local diferente;

c) pode o autor escolher qualquer uma das comarcas existentes dentro do Estado do Amazonas.

d) será competente a comarca que ficar próximo tanto da capital quanto da cidade de Itacoatiara, qual seja, a comarca de Rio Preto da Eva, dada a facilidade de deslocamento das partes;

e) pode o autor propor ação no seu foro de domicílio, no de ocorrência do ato ou fato que originou a demanda, no de situação da coisa ou na capital do respectivo ente federado.

**34.** Sobre conexão e continência, assinale a alternativa incorreta:

- a) quando houver continência e a ação continente tiver sido proposta anteriormente, no processo relativo à ação contida será proferida sentença sem resolução de mérito, caso contrário, as ações serão necessariamente reunidas.
- b) a reunião das ações propostas em separado far-se-á no juízo prevento, onde serão decididas simultaneamente.
- c) reputam-se conexas duas ou mais ações quando lhes for comum as partes ou a causa de pedir.
- d) dá-se a continência entre duas ou mais ações quando houver identidade quanto às partes e à causa de pedir, mas o pedido de uma, por ser mais amplo, abrange o das demais.
- e) o registro ou a distribuição da petição inicial torna prevento o juízo.

**35.** Sobre os sujeitos do processo, assinale a alternativa incorreta:

- a) incumbe à Advocacia Pública, na forma da lei, defender e promover os interesses públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, por meio da representação judicial, em todos os âmbitos federativos, das pessoas jurídicas de direito público que integram a administração direta e indireta, bem como das empresas públicas e sociedades de economia mista.



*Estado do Amazonas*  
*Procuradoria-Geral do Estado*

b) a União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas respectivas autarquias e fundações de direito público gozarão de prazo em dobro para todas as suas manifestações processuais, cuja contagem terá início a partir da intimação pessoal.

c) o membro da Advocacia Pública será civil e regressivamente responsável quando agir com dolo ou fraude no exercício de suas funções

d) a participação da Fazenda Pública não configura, por si só, hipótese de intervenção do Ministério Público.

e) o Ministério Público gozará de prazo em dobro para manifestar-se nos autos, que terá início a partir de sua intimação pessoal.

**36.** Sobre o pedido e o novo CPC, assinale a alternativa correta:

a) na ação que tiver por objeto cumprimento de obrigação em prestações sucessivas, essas serão consideradas incluídas no pedido, desde que tenha havido declaração expressa do autor, e serão incluídas na condenação, enquanto durar a obrigação, se o devedor, no curso do processo, deixar de pagá-las ou de consigná-las.

b) é lícita a cumulação, em um único processo, contra o mesmo réu, de vários pedidos, desde que entre eles haja conexão.

c) poderá o autor, até a citação, aditar ou alterar o pedido ou a causa de pedir, independentemente de consentimento do réu;

d) é lícito formular mais de um pedido em ordem subsidiária, a fim de que o juiz conheça do posterior, quando não acolher o anterior, hipótese conhecida como a de pedido alternativo.

e) não é possível, em qualquer hipótese, a formulação de pedidos genéricos.

**37.** Sobre o termo inicial de contagem dos prazos, assinale a alternativa que **NÃO** corresponda ao disposto no CPC:

a) considera-se dia do começo do prazo a data de juntada aos autos do aviso de

recebimento, quando a citação ou a intimação for pelo correio;

b) considera-se dia do começo do prazo a data de juntada aos autos do mandado cumprido, quando a citação ou a intimação for por oficial de justiça;

c) considera-se dia do começo do prazo o dia útil seguinte ao fim da dilação assinada pelo juiz, quando a citação ou a intimação for por edital;

d) considera-se dia do começo do prazo dia útil seguinte à consulta ao teor da citação ou da intimação ou ao término do prazo para que a consulta se dê, quando a citação ou a intimação for eletrônica

e) considera-se dia do começo do prazo a data de disponibilização, quando a intimação se der pelo Diário da Justiça eletrônico.

**38.** Sobre a revelia, assinale a alternativa correta:

a) o não comparecimento do réu à audiência de conciliação/mediação importa em revelia.

b) a não apresentação de réplica à contestação importa em revelia do autor.

c) a revelia consiste na presunção de veracidade dos fatos alegados pelo autor.

d) a revelia consiste na ausência de apresentação de contestação, podendo ou não ocorrer os efeitos que lhe são típicos, tal como a presunção de veracidade dos fatos alegados pelo autor.

e) os prazos contra o revel que não tenha patrono nos autos fluirão da data de sua ocorrência.

**39.** João ajuizou uma ação de danos morais contra o Estado do Amazonas. No curso do processo, o juiz proferiu uma decisão invertendo o ônus da prova acerca dos fatos envolvendo os danos morais pleiteados. Nessa situação hipotética, assinale a alternativa correta:

a) pode o Procurador do Estado interpor Agravo de Instrumento no prazo de 15 dias;

b) caso não recorra neste momento, poderá fazê-lo em sede de Recurso de Apelação, tendo em vista que a decisão



sobre inversão do ônus da prova não preclui.

- c) pode interpor Recurso de Apelação, no prazo de 30 dias;
- d) pode interpor Agravo de Instrumento, no prazo de 30 dias;
- e) não há recurso cabível para a situação hipotética.

**40.** Em regra, o Recurso de Apelação é dotado de efeito suspensivo por força de lei. Não possui o mencionado efeito, no entanto, a sentença que:

- a) confirma tutela provisória concedida nos autos.
- b) julga procedente pedido de danos materiais e morais.
- c) julga questões envolvendo contrato de compra e venda.
- d) julga processos envolvendo idosos.
- e) condena a pagar danos estéticos.

## **PROVA DISCURSIVA : REDAÇÃO**

### **Texto 1**

Em todo o mundo, a igualdade de gênero no ambiente profissional levará séculos para ser alcançada, segundo um relatório do Fórum Econômico Mundial (FEM). O relatório estima que a lacuna global entre os gêneros em várias áreas não se fechará por mais 108 anos e que serão necessários mais de 200 anos para eliminar as diferenças.

“O quadro geral é que a igualdade de gênero estagnou”, diz Saadia Zahidi, chefe de agendas sociais e econômicas do Fórum Econômico Mundial. “O futuro do nosso mercado de trabalho pode não ser tão igualitário quanto à trajetória em que pensávamos estar”, acrescenta. Segundo o relatório, o Brasil notou em 2018 uma reversão significativa no progresso em direção à igualdade de gênero — com a maior lacuna registrada desde 2011. (“Igualdade de gênero no trabalho levará mais de 200 anos, diz estudo”. [www.cartacapital.com.br](http://www.cartacapital.com.br), 18.12.2018. Adaptado.)

### **Texto 2**

“Discutir a igualdade de gênero no mercado de trabalho não significa tratar apenas de salário”. A frase é da procuradora Valdirene de Assis, coordenadora nacional de Promoção da Igualdade do Ministério Público do Trabalho (MPT). De acordo com os dados mais recentes do IBGE, em 2017, o salário médio pago às mulheres foi equivalente a 77,5% do rendimento pago aos homens no Brasil. Enquanto eles receberam R\$ 2.410, elas ganharam R\$ 1.868. A porcentagem ficou levemente acima da registrada em 2016 (77,2%).

A procuradora ainda afirma: “Há mulheres que têm uma qualificação profissional extraordinária, uma história dentro da empresa de profundo respeito e vão passar 10, 15, 20 anos naquela estrutura organizacional sem alcançar os cargos de chefia ou de direção da empresa, ao passo que colegas homens têm carreiras muito menos consistentes, currículos muito menos recomendados e chegam a esses cargos.”

(Marcella Fernandes. “Igualdade de gênero no mercado de trabalho não pode ser reduzida ao salário, afirma procuradora”. [www.huffpostbrasil.com](http://www.huffpostbrasil.com), 13.09.2018. Adaptado.)

- Com base nos textos apresentados e em seus próprios conhecimentos, escreva um texto dissertativo-argumentativo, empregando a norma-padrão da língua portuguesa, sobre o tema:

### **TEMA:**

***A desigualdade de gênero no ambiente profissional: retrocessos numa sociedade de mulheres cada vez mais qualificadas.***

OBS:

- ✓ O texto deverá ter no máximo 25 linhas;
- ✓ Utilizar a norma culta da língua;



*Estado do Amazonas*  
*Procuradoria-Geral do Estado*

- ✓ Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.
- Receberá nota zero, em qualquer das situações expressas a seguir, a redação que:
  - ✓ Tiver menos de 20 linhas escritas, sendo considerada “insuficiente”;
  - ✓ Fugir ao tema ou não atender ao tipo dissertativo-argumentativo;